

## **Breves considerações acerca da participação do Estado nas industrializações atrasadas**

Eneuton Pessoa<sup>1</sup>

### **Resumo**

*O artigo considera a participação do Estado nas primeiras experiências históricas de industrialização atrasada. Neste processo não preexistiu um Estado inteiramente cômico dos seus interesses, mas antes, a própria construção das burocracias de Estado, que num esforço de manutenção da soberania do país foram tomando consciência da necessidade de se construir os instrumentos de ação estatal em bases tecnológicas atualizadas. Daí o interesse demonstrado pela industrialização. Assim, em vez de o esforço industrializante resultar aprioristicamente de um conjunto coerente de estratégias de Estado, ele decorria muito mais de uma gama de constrangimentos de ordem interna e externa, sob a forma de desafios, a que o Estado Nacional em formação buscava responder.*

### **Introdução**

A industrialização pioneira da Inglaterra no período 1780/1840 sinalizou para os países em condições de assim proceder, as novas vias do desenvolvimento econômico. Para os países retardatários, no entanto, mais do que um modelo a ser seguido a industrialização consistiu num programa de Estado.

Com efeito, o progresso tecnológico, particularmente o associado ao ciclo ferroviário nos anos quarenta do século XIX, colocou para os países não-industrializados percalços à afirmação de suas soberanias, haja vista que o domínio dessa tecnologia possibilitava vantagens econômicas e também militares. Neste sentido, alguns Estados nacionais viram-se compelidos, na segunda metade do século, à tarefa da industrialização.

É sob essa perspectiva que o trabalho se propõe a discorrer sobre as inter-relações entre Estado e Industrialização na segunda metade do século XIX. Para isso, a primeira seção relaciona o processo de formação das principais instituições político-administrativas configuradoras do Estado e da unidade nacional com a industrialização, analisando como esta se constituiu

---

<sup>1</sup> Pós-Graduando em Economia Social e do Trabalho – UNICAMP. Instituto de Economia (IE)/Professor – Universidade Federal do Maranhão. Departamento de Economia.

numa “razão de Estado”, no contexto do desenvolvimento econômico e sóciopolítico dos países que a encetaram.

Na seção seguinte, abordam-se as experiências históricas do Japão e Alemanha, países onde a ação estatal se fez sobremodo necessária à superação das condições de atraso, identificando-se algumas dessas ações e a importância que tiveram na alavancagem dos respectivos processos de industrialização atrasada.<sup>2</sup>

A terceira seção busca inferir sobre os limites do Estado nas industrializações atrasadas, sob o argumento de que as ações de Estado, por si só, não asseguram um processo de desenvolvimento industrial auto-sustentável.

Na última seção, faz-se breves comentários acerca da importância histórica das experiências de industrialização atrasada, justamente pelo pioneirismo em contar com o apoio direto do Estado, o que veio a ser uma prática comum às industrializações do século XX.

## **1 Construção dos Estados Nacionais e industrialização**

O *gap* resultante da industrialização inglesa, particularmente com a tecnologia do ciclo ferroviário – carvão, ferro e máquina a vapor –, trouxe novos desafios à manutenção do status quo dos países atrasados. Sem dúvida, a ampliação dos mercados e a superioridade militar possíveis pelo domínio dessa tecnologia tencionavam os países não-industrializados. Esse “clima de tensão” condicionava-se pelo que Gerschenkron (1973) denomina de “os pressupostos da industrialização”, quais sejam, a dissolução das relações servis no campo e a unificação político-administrativa dos territórios.

A ampliação dos mercados, sobretudo o de trabalho, e o fim dos particularismos e localismos típicos da sociedade feudal atuaram como pré-requisitos à industrialização dos países atrasados. Mas o que havia de genuinamente específico era a intenção manifesta dos homens de Estado de buscar, através de mudanças institucionais, maturar as condições necessárias à industrialização. Segundo Gerschenkron, as diferenças na industrialização

---

<sup>2</sup> O termo “Industrialização Atrasada” faz referência às experiências históricas de industrialização ocorridas na segunda metade do século XIX, principalmente em países recém-saídos da servidão.

dos países atrasados devem-se muito às particularidades do “clima intelectual” e aos instrumentos institucionais utilizados.

Dentre tais arranjos institucionais, seguramente um dos principais foi o próprio processo de *nation making*, isto é, o programa político de construção dos Estados nacionais através da criação das instituições definidoras da unidade político-administrativa do país, especialmente as forças armadas, o corpo burocrático estatal e o ensino básico. Daí o reconhecimento de interesses nacionais a se confundirem com interesses de Estado.<sup>3</sup>

O exemplo alemão é paradigmático a respeito do imbricamento existente entre a construção do Estado Nacional e as tarefas da industrialização.

A industrialização alemã foi em grande parte condicionada à construção do Estado alemão. Com efeito, a unificação do país comandada pela Prússia implicava em conflitos territoriais com os países vizinhos, especialmente com a França e a Áustria. Nesta perspectiva, a construção do Estado alemão em oposição a outros Estados veio requerer forças armadas modernas como um imperativo à soberania nacional.<sup>4</sup>

Assim, ao Estado alemão interessava a industrialização, única maneira de construir um sistema de defesas coetâneo com os novos tempos, isto é, sob as bases da nova tecnologia industrial. A transcrição de Hobsbawm é ilustrativa disso.

“...Mas as guerras da década de 1860 já iriam empregar a estrada de ferro para mobilização e transporte adequados, tinham o telégrafo disponível para comunicações rápidas, desenvolveram os navios de guerra blindados e seus complementos, a artilharia pesada, as armas de guerra produzidas em massa, (...) com conseqüências significativas para o desenvolvimento das economias industriais...” (1996: 120).

O exemplo japonês também denota a interconexão existente entre a formação do Estado Nacional e o processo de industrialização. Com efeito, a construção da unidade política do país foi facilitada pelo temor ao que

---

3 A política internacional entre os anos 1848/70 girava em torno da criação dos Estados nacionais. O traço comum à construção desses Estados era a reafirmação da “nacionalidade”. Neste sentido, os povos que partilhavam de uma cultura, história, composição étnica e língua tenderam a se unificar sob a égide de um Estado que estabelecia o seu poder sobre um território. No entanto, tais elementos conformadores de uma nação real não foram suficientes para a criação dos Estados nacionais. Com efeito, a criação do moderno Estado Nacional esteve muito mais condicionada ao programa político industrializante das elites que conceberam o “Estado-nação” nos moldes do desenvolvimento da sociedade burguesa moderna, isto é, capaz de desenvolver uma economia, tecnologia e forças armadas adequadas. (Hobsbawm, 1996: 125-45)

4 A esse respeito, consultar Hobsbawm (1996: 117-8)

ocorreu à China, então militarmente subjugada ao Ocidente, e pelo bombardeio norte-americano aos fortes de Chösü em 1864. No caso, a agressão ocidental que atuou como fator externo para o desencadeamento da Restauração Meiji tencionou os governantes no sentido de desenvolverem as condições político-institucionais e materiais asseguradoras da independência do país. Assim, a construção de um exército e corpo administrativo centralizado e moderno, isto é, à base dos padrões tecnológicos ocidentais, se imbricou à tarefa da industrialização.

No caso da Rússia, igualmente um país de industrialização atrasada, a construção do Estado Nacional e a unificação em condições socioeconômicas relativamente primitivas, justamente porque o país, desde os seus primórdios, se viu cercado de nações rivais mais adiantadas, foi anterior ao processo de industrialização ocorrido no último quartel do século XIX. Por outro lado, o Estado já em fins do século XVII, com objetivos militares, buscou acelerar o desenvolvimento econômico e científico do país.

Por sua vez, isto não significava que o Estado russo fosse de todo claro em seus propósitos industrializantes nem eficaz em suas ações, já que ele não poderia se furtar aos seus fundamentos socioeconômicos mais primitivos. Assim, nuanças de parasitismo, interesses auto-referidos e lentidão, típicos ao aparato burocrático de uma sociedade atrasada, eram potenciados pelo acentuado poder coercitivo estatal; nas palavras de Trotski “...capaz de poner en movimiento grandes energías de carácter represivo sistemático” (1905: 152).

Daí o caráter muitas vezes errático da promoção estatal da indústria. Suas ações também conduzidas para o “engrandecimento da Corte russa” às vezes transformavam-se num estorvo à industrialização. O efeito das exações sobre o campesinato, limitando o avanço das forças produtivas, exemplifica isto. Neste sentido, Gerschenkron (1973) evidencia os avanços e recuos do desenvolvimento industrial russo, justamente devido à atuação estatal, que ora contribuía para o processo, ora o debilitava.

O exemplo, por vezes contraditório, da atuação do Estado russo denota que as tarefas da industrialização eram tão melhor desempenhadas quanto mais os dirigentes de Estado se colocassem acima de interesses particularistas. Nesta perspectiva, um prévio desenvolvimento socioeconômico e cultural era a base para o surgimento de homens imbuídos das responsabilidades de Estado.

Neste sentido, vale lembrar que as burocracias de Estado foram, em si, elementos constitutivos do próprio processo de *nation making*. Elas não existiram a priori mas foram se constituindo orgânica e ideologicamente pari passu à formação do Estado Nacional. Suas origens, via de regra, têm a haver com mudanças político-econômicas que contribuíram para transformar antigos segmentos da nobreza, de representantes de interesses particulares, locais, em representantes do “interesse geral”, isto é, do Estado Nacional.

A conformação político-ideológica da burocracia do Estado alemão, por exemplo, deveu-se em grande parte à reafirmação do poder da aristocracia junker prussiana na Revolução de 1848 e às transformações materiais e político-sociais que culminaram com a unificação do país em 1871. Com efeito, o maior desenvolvimento industrial e a participação mais efetiva de novos atores sociais – os liberais e o movimento proletário –, requereram dos dirigentes de Estado oriundos da aristocracia prussiana extrema habilidade à manutenção do seu poder (Hobsbawm, 1996, cap. 4). Este seria o cenário de fundo, explicativo, por exemplo, da mudança de rumo do governo de Bismarck que se iniciou com um programa contrário ao liberalismo, à democracia e ao nacionalismo germânico e depois comandou a unificação do país (Hobsbawm, 1996: 110).

No Japão, segundo Moore Jr.,

“...O feudalismo auxiliou uma secção das antigas classes governantes a afastar-se da ordem prevalecente e levar a cabo uma revolução que veio de cima e que efetuou as alterações sociais necessárias para o desenvolvimento industrial” (1967: 262).

É evidente que a gestação desse processo remonta às mudanças político-sociais em curso no seio da sociedade feudal japonesa já de longa época. Por um lado, o shogunato Tokugawa colaborou para a construção do Estado centralizado à medida que conseguiu impor uma autoridade central forte no topo de uma política feudal fragmentada; por outro, nesse ínterim, a sociedade assistiu a mudanças decorrentes da intromissão do elemento comercial e ao seu efeito desestruturador sobre as antigas relações sociais (Moore Jr., 1967: 274).

Em suma, nas experiências de industrializações atrasadas as burocracias de Estado se mostraram eficientes em seus objetivos, à medida que conseguiram sobrepujar interesses particularistas e imediatos. A visão de conjunto e de longo prazo dos homens de Estado denota, por seu turno, o grau de desenvolvimento já alcançado naquelas sociedades.

## 2 Evidências da atuação estatal em prol da industrialização em países atrasados

### 2.1 A industrialização do Japão

David Landes (1965) enfatiza a rapidez ímpar da industrialização japonesa em condições de atraso e escassez de recursos. Ademais, nesse processo o Japão foi o país que menos contou com ajuda externa. A industrialização japonesa ocorreu no período entre 1873/96, no fundamental, calcada em recursos próprios e num momento de declínio do livre cambismo e da livre concorrência.<sup>5</sup>

As primeiras medidas tomadas pelo Governo Meiji foram no sentido de garantir a livre movimentação de pessoas e bens. Para isso, instituiu a igualdade dos indivíduos perante a lei, aboliu as barreiras internas ao comércio e comunicação, concedeu plena liberdade de cultivo agrário e de aquisição de direitos de propriedade. Enfim, aboliu a servidão (Moore Jr., 1967: 297).

Ocorre que a adoção de leis e regulamentos não é suficiente para promover, em curto período, efetiva industrialização. Com efeito, o momento de ocorrência desse processo, definido por Landes de “...*the season of impatience, when ambition outran capabilities*” (1965: 106) veio requerer do Estado ações mais concretas.

Neste sentido, um primeiro passo foi a definição pelo Estado de suas fontes de financiamento e do setor da economia sobre o qual deveria recair o ônus da industrialização. E isso era fundamental num país onde praticamente não se contava com ajuda externa. No caso, a solução mais viável foi a taxação pesada sobre a terra e o campesinato. Além disso, também o problema da liquidez externa, com vistas às importações de máquinas e equipamentos foi sendo superado à medida que o governo tratou de promover os produtos de exportação: seda, chá, cobre e arroz.

Além disso, o país teve de superar grandes desafios no financiamento das inversões, pois internamente verificava-se uma relativa

---

<sup>5</sup> Barbosa de Oliveira situa este momento no período da chamada Grande Depressão (1873/96). Para esse autor, “esta subdivisão dos processos de industrialização atrasada em duas ondas é determinada pelas próprias transformações ocorridas no capitalismo após 1870. (...) a tendência ao livre cambismo no mercado mundial começava a ser substituída pelo protecionismo; a livre concorrência nos países capitalistas ia dando lugar a um rápido processo de centralização de capitais e ao surgimento do monopólio, ao mesmo tempo que um novo padrão tecnológico ia sendo gestado” (1985: 171).

escassez de recursos. Neste sentido, os bancos privados, à época, devido às bases mercantis relativamente mais simples, não dispunham de recursos em escala suficiente nem de instrumentos adequados ao financiamento dos grandes investimentos. Assim, também o concurso do Estado foi fundamental à criação de um sistema bancário compatível com as novas necessidades do desenvolvimento econômico.

Ao Estado japonês couberam, além da fundação de vários tipos de bancos, os incentivos financeiros e jurídicos para a criação do sistema bancário privado. Dentre esses incentivos, os principais foram: a permissão aos bancos para emitirem bilhetes sem quaisquer custos, os depósitos do governo, e a concessão do direito de exploração de certas atividades fiscais (Barbosa de Oliveira, 1985: 185).

Também o Estado montou e administrou empresas industriais. Na realidade, essa era uma prática que remontava ao regime Tokugawa. O elemento novo e digno de nota residia no caráter mais integrado e na visão de longo prazo, voltada à superação das dificuldades iniciais da industrialização.<sup>6</sup> Com efeito, a montagem de empresas estatais, com maquinaria de última geração, assim como sua posterior revenda a preços mais baixos e em condições facilitadas, além de possibilitar o acesso privado às novas tecnologias, visava a montagem de uma estrutura industrial tecnologicamente atualizada (Landes, 1965: 104).

Landes considera que as diferenças na promoção estatal das empresas industriais podem ser atribuídas às mudanças de objetivo e escopo do regime Meiji, cuja direção centralizada possibilitou maiores recursos, coordenação e melhor informação. Por sua vez, segundo o autor, tais experiências de promoção empresarial nos séculos XIX e anteriores, longe de serem exclusividade japonesa, eram comuns no caso dos países atrasados, sobretudo naqueles com fortes governos centrais e estáveis tradições mercantis (1965: 105).

O ponto alto da promoção estatal das atividades industriais foi o revolucionamento dos transportes. No caso do Japão, dado o seu caráter insular, a construção naval cumpriu o mesmo papel do da construção

---

<sup>6</sup> Segundo Landes, é necessário distinguir as iniciativas industriais do regime Tokugawa daquelas da restauração Meiji. “*The former were clearly abortive, perhaps misguided, and in any event of minor significance; the later were serious and an indispensable prodrome to subsequent industrial advance*” (1965: 105).

ferroviária nos países continentais. Barbosa de Oliveira resume essa promoção nos seguintes termos:

“...na construção ferroviária, o Estado estimulava a formação de companhias, garantia rentabilidades dos investimentos, fornecia créditos, estabelecia plano nacional de transportes e ainda em determinados casos, construía ele próprio linhas ferroviárias” (1985: 160).

Essas indústrias, por seu turno, ao requererem a atualização de tecnologias e ramos, à época nucleares para o desenvolvimento econômico, impactaram a estrutura produtiva de modo a possibilitar um processo de crescimento industrial auto-sustentado. Assim, a criação e integração de mercados, a redução geral dos custos e a maior mobilidade dos bens e fatores produtivos foram, em grande parte, derivações do revolucionamento do sistema de transportes.

## **2.2 A industrialização alemã**

A Alemanha experimentou nos anos 1850/73 um surto industrial significativo, precedido de transformações institucionais que, à época, funcionaram como precondições desse processo, a saber: a abolição da servidão (1807) e a conversão das relações senhoriais da posse da terra em relações mercantis (1807/11). Essas reformas inicialmente ocorridas na Prússia, e que se estenderam entre 1800 e 1820 para os demais Estados Alemães, tiveram significativas implicações socioeconômicas para cerca de 70% da população então residente na zona rural (Tilly, 1978: 384).

Anteriormente a esse surto industrial, o menor poder de competição da indústria alemã e conseqüentemente sua menor lucratividade, devia-se, dentre outros fatores, ao maior custo com transportes, reduzida disponibilidade de capital, menor grau de especialização e tamanho da planta. Nestas condições, as inversões privadas na indústria local perdiam espaço para a compra de imóveis e títulos do Governo, assim como parte da massa de renda gerada internamente tendia a transferir-se para o exterior, com vistas à compra de bens de consumo e securities.

Assim, somente a atuação do Estado poderia superar tais desvantagens. Neste sentido, as políticas públicas destinadas aos investimentos em infra-estrutura, subsídios e proteção tarifária possibilitaram, já na década de 1840, sobretudo com a construção de estradas



de ferro subsidiadas, a liquidação do *gap* industrial alemão. Com efeito, a construção de ferrovias no país, além de suprir os setores de carvão, ferro e produção de máquinas de mercados em expansão, melhorou em muito as condições de transporte e escoamento da produção.

Considerando o aspecto da inovação tecnológica,

“o governo fornecia orientação e assistência técnica, oferecia subvenções a inventores e a empresários imigrantes, fazia doações de maquinaria e concedia descontos e isenções de impostos sobre as importações de equipamentos industriais. Parte disso era simplesmente uma continuação do passado - uma herança da vigorosa tradição de interesse estatal direto no desenvolvimento econômico. Grande parte, em especial na Alemanha, era sintoma de um desejo apaixonado de organizar e apressar o processo de atualização.” (Landes, 1994: 158)

Também o Estado se fez presente na criação da força de trabalho industrial – um outro aspecto fundamental da industrialização. A singularidade do problema da mão-de-obra nas industrializações atrasadas devia-se, em primeiro lugar, ao próprio momento dessas industrializações, no qual a maior complexidade tecnológica e organizacional em curso requeria um certo grau de especialização, pelo menos de parcelas da mão-de-obra. Em segundo lugar, do descompasso entre a “urgência” dessas industrializações, e, no dizer de Gerschenkron (1973), “*o processo longo e difícil*” requerido à criação da força de trabalho industrial.

A criatividade demonstrada por alguns países, justamente na solução desse problema, possibilitou transformar o que antes era um obstáculo num elemento de vantagem. Este foi o exemplo da Alemanha. Inicialmente, as medidas governamentais estiveram voltadas à “importação” de mão-de-obra e técnicos especializados ingleses para montar e manejar as estruturas fabris bem como para formar a mão-de-obra local. Depois, o próprio Estado, buscando superar a dependência externa de mão-de-obra especializada tratou de criar escolas técnicas e cursos profissionalizantes de nível superior. Além disso, a Alemanha, assim como os demais países atrasados, foi pioneira na montagem de sistemas públicos de educação e em tornar obrigatório o ensino básico.<sup>7</sup>

---

7 A esse respeito, ver Landes (1965: 106-11, 1994: 154-8).

### 3 Sobre os limites da atuação Estatal

As experiências das industrializações atrasadas nos apontam, assim, que as possibilidades de sucesso industrial de um país pobre e com escassos recursos externos baseiam-se, em grande medida, na capacidade de mobilização de recursos pelo Estado. Sobre a importância da atuação estatal em situações de grande atraso, Landes alude a Gerschenkron: *“He argues, moreover, from the examples of Germany and Japan that the more backward the economy, the more the reliance on the state rather than on private enterprise”* (1965: 100).

Isto não significa, no entanto, que o Estado fosse um substituto à iniciativa privada. Em termos mais precisos, a atuação estatal tinha êxito à medida que o país já dispusesse de um relativo desenvolvimento socioeconômico. Não sendo esse o caso, as medidas estatais, mesmo impactantes, mostravam-se incapazes de imprimir auto-sustentabilidade à indústria incentivada. Landes (1965), por exemplo, menciona o programa de promoção industrial da monarquia prussiana no século XVIII, que não logrou continuidade quando a morte de Frederick II a privou de incentivos permanentes.

Do mesmo modo, Trotski menciona que no caso da industrialização russa, não obstante o capitalismo assumir a aparência de um *“hijo del Estado”*, era essencial reter que

*“...si el movimiento general de la economía interior no se hubiera dirigido en este sentido (..) entonces todos los esfuerzos del Estado hubieran sido infructuosos: la economía nacional, que evolucionaba de una manera normal de la forma de economía dinero-mercancías, solamente reaccionó a las medidas del gobierno que se correspondían con esta evolución, y solamente en la medida em que estaban de acuerdo com ella ”* (1905: 151).

A clareza sobre isto é importante para se compreender a ação governamental nas industrializações atrasadas. Com efeito, a atuação estatal que se faz mais impactante quanto maior o atraso do país, ou mesmo a preponderância do poder governamental, podem dar a impressão de que o Estado constitui-se no agente motor fundamental do processo. Além disso, se por um lado tem-se que a ação estatal não é em si suficiente para implementar um desenvolvimento industrial auto-sustentável, por outro, em determinadas situações, o seu enorme poder coercitivo pode se constituir num fator obstaculizante.

Nesta linha de raciocínio Oshima (1965), por exemplo, questiona a visão corrente que apregoa o sucesso da política fiscal Meiji para o desenvolvimento da economia japonesa, com base no argumento de que as receitas fiscais porque predominantemente usadas para os *States Services*, tiveram sobre a economia um efeito multiplicador menos impactante relativamente ao que poderia ter sido, caso fossem utilizadas diretamente em apoio à iniciativa privada.

### **Considerações finais**

As industrializações atrasadas foram as primeiras experiências históricas que exemplificam a concorrência de uma ideologia coletiva, o que Gerschenkron denomina de “clima intelectual”, em prol da construção das bases econômicas nacionais.

O individualismo que na Inglaterra moveu o *self-made man* a produzir de maneira diferente tinha menos chances de contagiar países recém-saídos da servidão. Ademais, os pré-requisitos financeiros e técnico-materiais da industrialização, no caso de países de bases econômicas relativamente mais pobres, eram no geral proibitivos às iniciativas individuais, requerendo assim a participação do Estado.

Assim, o concurso do Estado, seja no fomento de uma ideologia coletiva, – o industrialismo nacionalista –, seja no suprimento das carências obstaculizadoras da industrialização, possibilitou o maior salto desses países na passagem da economia agrária à industrial.

Neste sentido, Gerschenkron (1973) demonstra que nas industrializações tardias os fatores de atraso se transformam em elementos de vantagem à medida que a sociedade deles tome consciência. Neste processo o Estado possui os mecanismos institucionais capazes de mobilizar os recursos requeridos ao esforço industrializante. Seu poder de tributar, conceder subsídios, delegar poderes e promover atividades é algum dos instrumentos utilizados.

No quadro das referências político-institucionais das industrializações atrasadas, um aspecto que se sobressai é a conjugação de esforços em prol da criação das instituições uniformizadoras do Estado Nacional e da construção das bases industriais do país. Neste processo, não preexistiu um Estado inteiramente cômico dos seus interesses, mas antes, a própria construção dos atores sociais responsáveis pelo comando de Estado,

isto é, suas burocracias, em grande parte originárias de antigos segmentos feudais que, num esforço de manutenção do poder político e da soberania do país, foram tomando consciência da necessidade de construir os instrumentos de ação estatal, sobretudo as forças armadas em bases modernas. Daí o interesse demonstrado pela industrialização.

Nesta perspectiva, em vez de o esforço industrializante resultar aprioristicamente de um conjunto coerente de estratégias de Estado, ele decorria muito mais de uma gama de constrangimentos de ordem interna e externa, sob a forma de desafios, a que o Estado buscava responder.

Bem ou mal essas foram as primeiras experiências de industrializações capitalistas que não se fiaram apenas nos mecanismos de mercado. Por outro lado, em seu tempo elas funcionaram como verdadeiros modelos de *catching up* – a tentativa de emparelhamento e, se possível, ultrapassagem no menor espaço de tempo do país mais desenvolvido, através do concurso de instrumentos político-institucionais e ideológicos.

A importância dessas experiências, justamente pelo seu pioneirismo, é inegável. A partir delas assistiu-se, ao longo do século XX, nos países periféricos e socialistas, se não modelos de *catching up*, pelo menos tentativas de superação das condições de atraso, através da industrialização sob o concurso do Estado.

### Referências bibliográficas

- BARBOSA de OLIVEIRA, C. A. *O processo de industrialização - Do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: UNICAMP.IE., 1985. (Tese, Doutorado em Ciências Econômicas).
- CLAPHAM, J. H. *Economic development of France and Germany: 1815 - 1914*. 4th. ed. London: Cambridge Univ. Press, 1968.
- ENGELS, F. *La guerra des paysans in la révolution démocratique burgeoise en Allemagne*. Paris, 1951.
- FIORI, J. L. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 33, p. 36-45, jan. 1997.
- GERSCHENKRON, A. *Atraso económico y industrialización*. 2. ed. Barcelona: Editora Ariel, 1973.
- \_\_\_\_\_. The early phases of industrialization in Russia; afterthoughts and counterthoughts. In: ROSTOW, W. W. *The economics of take-off into sustained growth*. New York: St. Martins Press, 1965. cap. 9, p. 151-69.

- HOBBSBAWM, E. *A era do capital 1848-1875*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOFFMANN, W.G. The take-off in Germany. In: ROSTOW, W. W. *The economics of take-off into sustained growth*. New York: St. Martins Press, 1965. cap. 6, p.95-118.
- LANDES, D. Japan and Europe; contrasts in industrialization. In: LOCKWOOD, W. *The state and economic enterprise in Japan; essays in the political economic of growth*. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1965. cap. 3, p. 93-182.
- \_\_\_\_\_. *Prometeu desacorrentado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MOORE Jr., B. *Fascismo asiático; o Japão*. Lisboa: Ed. Cosmos/Livraria Martins Santos, 1967.
- OSHIMA, H. T. Meiji fiscal policy and agricultural progress. In: LOCKWOOD, W. *The state and economic enterprise in Japan; essays in the political economic of growth*. New Jersey: Princeton Univ. Press, 1965. cap. 8, p. 353-87.
- TILLY, R. H. Capital formation in Germany in the nineteenth century. In: THE CAMBRIDGE economic history of Europe. London: Cambridge Univ. Press, 1978. v. 7, Parte 1. Cap. 8, p.383-441.
- TROTSKI, L. *1905 – Resultados y perspectivas*. Madrid: Ed. Andrade, J. y Martínez, J. Ruedo Ibérico. 1971
- TSURU, S. The take-off in Japan, 1868-1900. In: ROSTOW, W. W. *The economics of take-off into sustained growth*. New York: St. Martins Press, 1965. cap. 8, p. 139-50.